



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 553876 - SP (2019/0383137-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VITOR JOSÉ TOZZI CAVINA - PR055590
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VICTOR LUIS VIEIRA COELHO
CORRÉU : FERNANDO AUGUSTO NAVARRO FLORES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VICTOR LUIS VIEIRA COELHO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento da Apelação n. 0007844-80.2016.8.26.0635.

Extrai-se dos autos que o paciente foi denunciado pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal (roubo circunstanciado), tendo sido absolvido pelo juízo de primeiro grau, com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

Em apelação, o Tribunal de origem deu provimento ao recurso da acusação, condenando o paciente à pena de 5 anos, 7 meses e 6 dias de reclusão em regime inicial fechado, tendo determinado, ainda, a expedição de mandado de prisão para a execução provisória da pena.

No presente *mandamus*, a defesa sustenta a existência de flagrante ilegalidade suportada pelo paciente em razão da determinação de execução provisória da pena imposta e que deve ser observado o princípio da presunção de inocência.

Invoca a orientação firmada pelo STF no julgamento das ADCs n. 43, 44 e 54.

Requer, em liminar e no mérito, seja concedida a ordem para que o paciente permaneça em liberdade até o trânsito em julgado da condenação, com a expedição de alvará de soltura em seu favor.

Liminar deferida às fls. 39/40 para assegurar ao paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento definitivo da presente impetração ou o trânsito em julgado da condenação, ressalvada a possibilidade de decretação de nova prisão por decisão devidamente fundamentada.

Informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do *writ* (fls. 125/127).

É o relatório.

Decido.

O presente *writ* está prejudicado.

Isso porque, das informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, verificou-se que, opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados. Constatou-se, ainda, que a condenação transitou em julgado para o Ministério Público em 12/11/2019 e para a defesa em 05/12/2019.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *mandamus*, considerando que eventual segregação do paciente passa a decorrer do cumprimento de pena definitiva.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o *habeas corpus*, tornando sem efeito a

liminar anteriormente deferida.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator